



PROJETAR O PROCESSO DE PROJETO: ASSESSORIA TÉCNICA COMO EXTENSÃO (ASSESSORIA TÉCNICA TERRITORIAL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA)

Ana Júlia Pinheiro Mendes

Universidade Estadual do Maranhão | anajulia.jpmedes@gmail.com

Kayo de Oliveira Reis Brito

Universidade Estadual do Maranhão | kayobrito1810@hotmail.com

Marluce Wall

Universidade Estadual do Maranhão | marlucewall@gmail.com

Sessão Temática 12: Assessoria técnica territorial e extensão universitária

Resumo: Este artigo desenvolve reflexões a respeito da formação acadêmica em arquitetura e urbanismo para assessoria técnica, analisando a perspectiva dialógica das práticas de pesquisa-ação e extensão na universidade. Para isso, apresenta uma análise descritiva da experiência desenvolvida em assessoria técnica para produção de um templo religioso de candomblé, no Maranhão. Este trabalho também discute os desafios teórico-práticos para a atuação de iniciativas estudantis em extensão nos territórios, assim como os processos de ensino e aprendizagem da arquitetura e do urbanismo na graduação. Além disso, a discussão proposta vincula-se às diretrizes e metodologias adotadas em práticas extensionistas de assessoria.

Palavras-chave: Formação acadêmica; Assessoria técnica; Extensão; Território.

DESIGN THE DESIGN PROCESS: TECHNICAL ADVISORY AS EXTENSION

Abstract: *This article develops reflections on academic education in architecture and urbanism for technical advisory, analyzing the dialogical perspective of action-research and extension practices at the university. To this end, it presents a descriptive analysis of the experience developed in technical advisory to produce a candomblé religious temple in Maranhão. This essay also discusses the theoretical-practical challenges for student extension initiatives scope of work in the territories, as well as the teaching and learning processes of architecture and urbanism at the undergraduate level. Furthermore, the proposed discussion is linked to the guidelines and methodologies adopted in extension advisory practices.*

Keywords: *Academic education; Technical advisory; Extension; Territory.*

DISEÑO DEL PROCESO DE DISEÑO: ASESORAMIENTO TÉCNICO COMO EXTENSIÓN

Resumen: *Este artículo desarrolla reflexiones sobre la formación académica en arquitectura y urbanismo para la consultoría técnica, analizando la perspectiva dialógica de las prácticas de investigación-acción y extensión en la universidad. Para ello, presenta un análisis descriptivo de la experiencia desarrollada en el asesoramiento técnico para la producción de un templo religioso de candomblé en Maranhão. El trabajo también aborda los desafíos teóricos y prácticos de las iniciativas de extensión estudiantil en los territorios, así como los procesos de enseñanza y aprendizaje de la arquitectura y el urbanismo en el nivel de pregrado. Además, la discusión propuesta se vincula con las orientaciones y metodologías adoptadas en las prácticas de asesoría en extensión.*

Palabras clave: *Formación académica; Asesoramiento técnico; Extensión; Territorio.*

INTRODUÇÃO

Este artigo desenvolve, a partir de revisão bibliográfica das temáticas formação do arquiteto e urbanista e modo de produção arquitetônico, uma síntese de investigações teórico-práticas relativas à assessoria técnica como extensão, com referência em uma prática de processo e projeto em um templo religioso de candomblé, a partir da metodologia de relato de experiência.

A assessoria técnica e suas ferramentas, enquanto atividade extensionista, é entendida não apenas como um serviço a ser reproduzido, mas como atividade necessariamente dialógica e transformadora (Freire, 1993). Por isso, para desenvolver uma abordagem dialética da sociedade-espço, é necessário traçar uma crítica que não se limite ao campo técnico. A partir da proposta da assessoria técnica e seus limites e possibilidades, discute-se a prática de projeto do processo de projeto por meio de ferramentas, como interfaces, que superam as práticas de projetos formalistas e prescritivos e que estabelecem processos de trabalho aberto e problematizador.

Para estabelecer uma discussão de estratégias de abertura do processo de trabalho na arquitetura e urbanismo por meio da prática extensionista, o artigo foi estruturado em três seções. Na primeira, é proposta uma análise epistemológica do ensino da arquitetura e urbanismo, questionando-se as visões de mundo adotadas para a concepção da prática arquitetônica e do território. Em seguida, é traçado um panorama do processo formativo para atuação em assessoria técnica e extensão. Na terceira seção, a experiência do templo religioso é descrita, analisando-se as dimensões agente, estrutura, práticas, territórios e narrativas.

Assim, esta pesquisa espera contribuir com a produção acadêmica no campo da educação e prática da arquitetura e urbanismo a partir da abordagem da aprendizagem, discutindo-se o projeto de processo de projeto, em vez de um ensino formalista enquadrado pela solução de problemas, e a partir da construção de uma abordagem dialógica, superando a imposição da cultura técnica profissional nos grupos sócio-espaciais.

ANÁLISES EPISTEMOLÓGICAS DO ENSINO DA ARQUITETURA E URBANISMO

Para compreender a lógica de especialização na produção do espaço por meio do arquiteto e do projeto, ao incorporar as demandas do ambiente construído, adota-se o marco da industrialização, da economia capitalista e da separação social do trabalho, quando “o espaço comum ou ordinário passa a integrar as preocupações de profissionais de projeto” (Kapp, 2005, p.124). Nesse sentido, “o Modernismo, de certa forma, coroou o modo de produção da arquitetura via representação e deu continuidade a esse processo de separação entre projeto e construção que já se encontrava incorporado na prática arquitetônica” (Baltazar, 2012, p.7).

Essa retomada historiográfica evidencia como o desenvolvimento do campo da arquitetura e urbanismo foi marcado pela produção de um “ambiente construído que as classes dominantes usam para justificar sua dominação sobre a ordem social” (Kapp, Baltazar, 2010, p.191) e pela representação do projeto a partir de um sistema que “domina o trabalho manual do construtor e as ações dos usuários por meio de conceitos e códigos abstratos” (Kapp, Baltazar, 2010, p.191).

Esse pensamento pode ser diretamente relacionado às ideias de Garry Stevens (2003), que reforçam a individualidade do profissional arquiteto e sua falta de preocupação com a sociedade e o coletivo. A exemplo disso, a pouca sociabilidade do arquiteto e seu impulso de preferir apenas dar ordens em situações de interação com a comunidade, evidenciam a pouca importância dada aos pensamentos e às opiniões dos usuários. Esse comportamento individualista é resultado de uma metodologia de ensino e aprendizagem, aplicada nas universidades, que não abraça de forma efetiva a importância da comunidade para o trabalho do arquiteto e torna as “noções sociais fundamentais, tais como comunidade, família, amizade ou relações de trabalho [...] mal definidas entre eles” (Stevens, 2003, p. 21).

Aprofundando-se na noção de que o desenho ocupa o lugar da codificação e da representação do projeto, percebe-se uma ruptura do pensar e decidir do fazer. Ou seja, a relação com o construtor ou usuário torna-se, inevitavelmente, impositiva, uma vez que se limita a possibilidade de proposição e concepção por esses outros agentes. Assim, os instrumentos de representação arquitetônica são apenas um exemplo mais evidente das imposições culturais e sociais da atuação dos técnicos junto aos territórios populares (Lourenço, 2014). A partir dessa perspectiva, busca-se abordar lógicas de ensino e produção arquitetônica voltadas para a experiência e não para o desenho do espaço.

Para isso, retoma-se a discussão desenvolvida por Baltazar (2020) com relação à crítica ao “modo architectorum”, apresentada por Reyner Banham em “A Black Box. The Secret Profession of Architecture”, apontando os sistemas de valor não questionados que determinam o que é arquitetura. O “modo architectorum” pode ser definido por:

(...) uma espécie de cortina de fumaça que tenta velar o fato de que a arquitetura se resume a fazer desenhos para edifícios na maneira praticada na Europa desde o Renascimento (Banham, 1999), subordinada a uma série de relações de poder das quais os envolvidos nem sequer têm consciência. Pode-se dizer que o canto do cisne de Banham sintetiza o fundamento da colonialidade na arquitetura, mostrando que o “sistema secreto de valor” iniciado no Renascimento Italiano vem sendo reproduzido, desde então, no ensino e na prática da arquitetura ocidental (Baltazar, 2020, p. 122).

Logo, percebe-se como é inserido um caráter de prestígio no modo de conceber o projeto e seus espaços que se inicia no próprio processo de ensino da arquitetura. Ou seja, desde a sala de aula, o arquiteto é ensinado a seguir convenções e rituais de desenho, onde a originalidade está pautada na decisão do “conceito” (Kapp et al, 2009).

A caixa preta desse estilo certo é adaptada ao longo do tempo, adequando-se às imposições externas – sem questioná-las sem alterar de fato sua dinâmica interna, sempre pautada pela produção de espaços extraordinários. (...) Mesmo quando um arquiteto trabalha com projetos de habitação de interesse social, adapta o modo *architectorum* para o tempo e os recursos disponíveis, sem de fato alterar a caixa preta que aprendeu, na escola, para a produção de projetos extraordinários (Baltazar, 2020, p. 122).

Com relação à postura do campo arquitetônico aos aspectos sócio-espaciais, Gary Stevens (2003), por meio da análise de estudos sociológicos sobre a arquitetura, aponta que o discurso arquitetônico evita o social: ao aprofundar-se nas análises sociológicas das posturas dos grupos de arquitetos que entrevistou e sua percepção da sociedade, identificou que esses profissionais consideram pouco importante a responsabilidade do arquiteto para com a sociedade e que percebem as pessoas como espectadores, não como agentes ativos do processo arquitetônico. A partir desses aspectos, levantou-se a problemática da teoria da arquitetura, historicamente associada a teorias formalistas e estéticas, não a teorias sociais. Nessa perspectiva, a sociologia da arquitetura, ao propor uma sociologia da arte, conflita com as noções sobre estética e teoria da arquitetura, sistemas de ensino que trabalham para preservar a estrutura social existente.

Portanto, evidencia-se como o ensino da arquitetura é aspecto fundamental de disputa dos aportes epistemológicos reproduzidos pelos profissionais da área e como o uso de outros horizontes epistêmicos “pode ajudar a superar a universalidade, neutralidade e abstração das metodologias verificativas, hegemônicas na área” (Moassab, 2020, p.12). Critica-se ainda a formação dos estudantes de arquitetura no âmbito da reprodução da hegemonia do sistema construtivo, do centramento urbano, da falta do debate sobre a exploração e os preconceitos estruturais e, sobretudo, na reprodução dos processos da arquitetura ocidental, características implícitas da prática arquitetônica colonizadora (Baltazar, 2020).

No contexto da racionalidade técnica da prática profissional (Schon, 1983), existe uma hierarquia em que o conhecimento teórico básico é privilegiado em relação à prática concreta de solução de problemas. Esse modelo de ensino se manifesta nos moldes institucionalizados de pesquisa e extensão e nos currículos pedagógicos. Nesse cenário, apenas a figura do profissional, portador do conhecimento científico especializado, a partir de uma estrutura técnica rigorosa de aplicação do conhecimento e da prática científicos, participa de contextos de soluções de problemas.

Essas problemáticas se relacionam com a própria estrutura e organização dos cursos de ensino superior, tanto na base epistêmica quanto na fragmentação das disciplinas, o que impede um diálogo transdisciplinar inerente (Andrade, 2020). Em conformidade com esse pensamento, a interlocução entre os agentes produtores do espaço pressupõe a arquitetura enquanto processo aberto e contínuo, levando em consideração a necessidade de autonomia das pessoas (Baltazar, 2020). Para isso, a arquitetura estaria voltada para produção de ferramentas de mediação ou “interfaces” em vez de produzir espaços finalizados (Baltazar, Kapp, 2016).

Essa proposta tem por base trabalhar a partir dos conflitos dos processos cotidianos da prática construtiva, como a interlocução entre os agentes, disparando outras formas de representar, projetar e comunicar. Por isso, a importância das experiências em assessoria técnica que apontam para “uma perspectiva mais concreta de trabalho dialógico entre ensino, reflexão crítica e necessidades habitacionais da população” (Andrade, 2020, p.142). A conexão desses grupos com a universidade e movimentos populares é fundamental para disseminar práticas de apropriação espacial dos territórios.

(...) o tensionamento deve ser feito em todos os âmbitos sociais. É muito significativo, por exemplo, que cada vez mais arquitetos e arquitetas atuem nas assessorias técnicas aos movimentos sociais, juntamente com projetos de extensão das universidades; e que essa atuação retroalimente a sala de aula, o ensino e a pesquisa (Moassab, 2020, p. 39).

Dessa forma, evidencia-se a importância do processo formativo universitário e sua estrutura de ensino, pesquisa e extensão para uma atuação prática e profissional mais assertiva por meio do assessoramento técnico, atividade que compreende variados agentes e articulações. Esse tipo de prática nasce do confronto com o tipo de cidade que é produzida e reproduzida pelos atores sociais Estado, mercado, técnicos e autoconstrutores. Dessa forma, nos parece que a prática da extensão como assessoria técnica pode contribuir de forma significativa para o próprio questionamento da posição do arquiteto e urbanista na lógica de produção do espaço. É necessário, portanto, abordar as especificidades dos trabalhos em assessoria técnica e os métodos de projeto e incorporação nos próprios currículos dos cursos de arquitetura e urbanismo.

Aprofundando-se na discussão a respeito da diferenciação entre exemplo e modelo, adota-se a proposta de olhar para as variadas atuações já existentes, como as de autoprodução do espaço e outros grupos de assessorias, que por meio de suas ferramentas e estratégias sócio-espaciais caminham para outras lógicas da prática. A pertinência em analisar as experiências de extensão em assessoria evidencia as inquietações que emergem dessas práticas e as reflexões sobre o tipo de atividade que vem sendo praticada e que pode vir a ser, no futuro.

A exemplo disso, a extensão universitária, estabelecida como obrigatória na matriz curricular da formação acadêmica pela Resolução nº 7 de 2018, pelo Ministério da Educação, contribui para que a formação universitária em assessoria técnica se dê por outras vias que não sejam a do ensino teórico unicamente. A Política Nacional de Extensão Universitária prevê, como diretrizes essenciais para a prática, a interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, impacto na formação do estudante e transformação social. Em complemento, quando a extensão não se desenvolve nos cursos de arquitetura e urbanismo como prática consistente, reforça-se o distanciamento com o território, objeto de trabalho essencial para o profissional (Maricato, 2019). No entanto, também aqui é necessário se pensar no processo de condução da própria atividade de extensão. Pode-se repetir as práticas já convencionais, o “modo architectorum”,

com foco exclusivamente no produto. Ou trabalhar na extensão os processos dialógicos com as pessoas envolvidas, ou seja, trabalhar a extensão como um processo de assessoria técnica.

Diante das discussões propostas, percebe-se como a pesquisa e extensão se apresentam como processos complementares para experiências mais assertivas nos espaços internos e externos à universidade, impulsionando também reflexões a respeito dessas práticas, que contribuiriam por sua vez para uma possibilidade de mudança na formação e consequente atuação profissional do arquiteto e urbanista.

PROCESSO FORMATIVO PARA ATUAÇÃO EM ASSESSORIA TÉCNICA E PRÁTICAS EM EXTENSÃO

Com relação às investigações teórico-práticas relativas às atividades de assessoria técnica no campo da extensão universitária, explora-se em caráter teórico as diretrizes de assessoria e as metodologias de mediação adotadas, propondo-se uma análise dos impactos práticos desses métodos em diferentes escalas e circunstâncias. Nesse sentido, os conceitos fundamentais atribuídos à assessoria, que desconstróem a imposição tecnocrática do arquiteto sobre os usuários, consistem em assumir a assimetria entre técnicos e assessorados; desenvolver o trabalho com abertura para o ganho de autonomia, em vez de criar novas dependências; ampliar o imaginário acerca da produção do espaço em vez de aderir a soluções técnicas que desconsideram as práticas dos assessorados e rearticular a esfera pública, com relação à privada e social (Baltazar, Kapp, 2016).

Portanto, a prática da assessoria não segue os métodos convencionais de diagnóstico e projeto, mas se baseia na elaboração de estratégias de mediação técnica e produção de ferramentas para mediações independentes da figura do técnico, a exemplo das interfaces. Nesse cenário, os assessorados solicitam a assessoria, gerindo os papéis dos técnicos no processo. Apesar disso, é necessário questionar a prática da mediação técnica, que pode adotar a posição de reproduzir os “preconceitos” dos técnicos. Para escapar da mediação assistencialista, a ferramenta de interfaces condiciona uma prática de mediação técnica que é necessária, mas que perpassa pelo desenvolvimento da própria interface, conexão entre as etapas e identificação de cenários para elaboração de novas interfaces.

Ou seja, a mediação dos técnicos é necessária, em certo nível, apesar de depender da postura do grupo assessorado e dos técnicos e do tipo de assessoria. Este trabalho identificou que é comum que em experiências de extensão em assessoria, alguns vícios e preconceitos das práticas convencionais sejam reproduzidos, quando a mediação técnica é introduzida desnecessariamente ou quando são criadas dependências de agentes externos. É essencial que o processo formativo para assessoramento técnico e extensão adote uma posição de mediação técnica discreta e que promova ganhos de autonomia individual e coletiva.

Outro aspecto da prática da assessoria trata da construção de abordagens dialógicas e da superação de processos participativos que impõem a cultura técnico-profissional nos grupos

sócio-espaciais assessorados. Por isso, o cerne do processo formativo em assessoria na extensão consiste na produção e análise de métodos de mediação, uma vez que o processo aberto de produção dos espaços e articulação das demandas é condicionado pela metodologia adotada, assim como o nível de protagonismo das convenções técnicas habituais. Evidencia-se a necessidade de mudanças de abordagem e pré-determinação de projeto, adotando-se a prática de projetar o processo de projeto ou “designing designing”, descrito por Jones (1991).

Sobretudo, o processo formativo para extensão em assessoria deve questionar os processos de projeto formalistas e prescritivos, priorizando-se a experimentação do processo de projeto. Parte-se do princípio de que, em experiências de assessoria, a preocupação da arquitetura não é puramente a solução de problemas, mas a produção de um processo que é condicionado e condiciona cenários sócio-espaciais muito mais complexos. É através dessa postura que ferramentas críticas são produzidas para que a aprendizagem possa superar o modo *architectorum* (Braham, 1999) e a reprodução inquestionável do entendimento dominante da prática arquitetônica.

Retomando-se o aspecto de construção de práticas dialógicas, que enfatizam o intersubjetivo, questiona-se a reprodução de práticas de processos participativos convencionais, em que o técnico repassa um repertório de escolhas pré-definidas para os assessorados. Em cenários de extensão e assessoria técnica, os projetos são abertos a outras pessoas e, portanto, o engajamento dialógico das pessoas em relação aos espaços pressupõe a construção de um processo de projeto pautado na mediação do contato interpessoal, não em processos objetivos e obstrutivos. Com a intenção de superar a participação convencional das pessoas, que objetiva um produto acabado, a arquitetura deve ser entendida como uma prática de engajamento dialógico, um processo de projeto e planejamento aberto.

Para analisar-se a construção de práticas dialógicas por meio da mediação, em contraste às práticas participativas convencionais, é necessário conceitualizar as ferramentas interfaces: “podem ser concretas ou abstratas, já existentes ou inventadas, informacionais ou operacionais, físicas ou digitais, ou qualquer combinação híbrida dessas possibilidades. Mas elas devem poder ser usadas sem a presença de quem as projetou” (Kapp, Baltazar & Morado, 2021, p. 55). Portanto, a formação para a prática extensionista em assessoramento deve propor discussões a respeito dos limites dos processos de projeto prescritivos, questionar a assistência técnica missionária e experimentar a criação de estruturas, as interfaces, que viabilizam organização própria dos assessorados, garantindo a continuidade do processo.

Para a concepção do processo de formação extensionista, uma questão relevante trata de como criar uma estrutura não impositiva e que possibilite que os alunos construam uma organização própria e um entendimento crítico coletivo próprio. Adotar uma estrutura de auto-organização dos estudantes em relação aos professores e dos assessorados em relação aos estudantes é uma forma de desvincular a assessoria dos processos participativos convencionais. Para adotar essa estrutura, é necessário familiarizar os alunos com o ato de

projetar o processo de projeto e desconstruir o pensamento habitual de projeto, de modo que os estudantes e os assessorados possam conduzir em conjunto esse processo.

Para além de todas as abordagens descritas, o processo formativo para a atuação em assessoria técnica também deve levar em consideração questões práticas inerentes do processo, como os embates conceituais e objetivos entre técnicos e assessorados. Com relação aos embates conceituais, a assessoria evidencia dois modos de operar convencionais da prática arquitetônica, uma prática institucionalizada pautada no projeto e outra prática empírica pautada na construção. Com relação aos embates objetivos, a assessoria evidencia como as diferentes posições sociais e a assimetria entre os envolvidos indicam diferentes prioridades no processo de projeto. Ou seja, existe um conflito entre o tempo, o lucro, os recursos políticos e a qualidade do projeto.

Por fim, a construção de um ambiente de aprendizagem que problematiza os processos de alienação e que opera pela perspectiva de produzir um horizonte de transformação sócio-espacial é fundamental. Nesse sentido, o aspecto sócio-espacial implica um campo de crítica da sociedade em que o espaço é produzido, não se limitando à crítica do campo. A práxis da assessoria técnica, então, é um movimento de crítica à dinâmica sociedade-espaço na formação extensionista.

EXPERIÊNCIA: ASSIMETRIA ASSUMIDA

O Coletivo Dan Eji é uma organização cultural sem fins lucrativos, formada por membros de religiões de matriz africana e ativistas de direitos humanos e de meio ambiente. O grupo e a Universidade Estadual do Maranhão entraram em contato no final do ano de 2023. A partir desse contato inicial sob a coordenação de alguns professores, alguns estudantes manifestaram interesse em participar do projeto de elaboração do templo religioso e organizou-se um grande grupo com participações regulares e flutuantes durante o processo. O Coletivo Dan Eji tinha uma demanda muito objetiva: projetar, por meio da mediação técnica pública que a Universidade poderia oferecer e sem limitações temporais urgentes, a Casa de Nanã, como foi nomeada inicialmente.

Nesse cenário, alguns fatores condicionaram um processo único de assessoria desde o princípio. O Coletivo vinha de uma experiência de projeto formal, por meio da contratação convencional de um escritório de arquitetura e engenharia que pudesse entregar o produto finalizado da Casa, mas que não se mostrou em concordância com as necessidades e expectativas do grupo. Os aspectos mais específicos dessa experiência projetual formal frustrada não foram discutidos. No entanto, essa experiência foi um indicativo, desde o primeiro contato, de que a assimetria assumida entre os técnicos e os assessorados sempre esteve intrínseca a esta prática extensionista. Para além dessa percepção inicial, o próprio grupo do Coletivo sempre protagonizou e determinou o fluxo de condução das práticas desenvolvidas pela Universidade, por meio de uma organização temporal e de decisão e significação de aspectos da Casa pautados em rituais e dinâmicas próprias.

Figura 1: Primeira visita do grupo da Universidade ao terreno



Fonte: os autores (2023)

As principais demandas do grupo do Coletivo estavam voltadas para a espacialização de toda a Casa dentro do terreno em que esperava-se construir, respeitando a arquitetura pré-determinada pelo sagrado e a significação do corpo d'água na cota mais rebaixada do terreno, pré-destinado a um espaço de vivência coletiva. Nesse sentido, a arquitetura pré-determinada pelo sagrado condicionava todo o processo de espacialização das práticas, das pessoas e até mesmo da vegetação. As figuras dos técnicos estavam associadas, pelos assessorados, a agentes solucionadores de questões estritamente técnicas, como o declive acentuado do terreno e o tamanho pequeno do lote comprado pelo Coletivo, em comparação à quantidade de pessoas esperadas para frequentar a Casa. Outro aspecto do processo de mediação nesta extensão em assessoria é o estranhamento dos técnicos com relação ao fluxo próprio deste projeto, pautado na ordenação das ações e práticas pelo sagrado. Sobretudo, a prática de projeto para uma casa de candomblé foi uma experiência contrastante ao modo hegemônico de produção arquitetônico da Universidade, estabelecendo uma nova prática formativa em assessoria. Portanto, a valorização do conhecimento e práticas do Coletivo foi essencial para que estabelecêssemos uma prática de planejamento do processo de projeto com base na assimetria entre os grupos envolvidos.

Com relação ao processo da assessoria e às metodologias adotadas, o primeiro contato entre os dois grupos completos no terreno, assessorados e técnicos, foi um momento de apresentações, diálogos livres e aproximações dos estudantes e professores às pessoas do Coletivo. Nessa primeira conversa, nos foi explicada a trajetória, no campo do sagrado e no campo prático, da Casa, assim como as significações da Casa para os envolvidos. Foi nesse primeiro encontro que os técnicos se familiarizaram com as particularidades do candomblé e da arquitetura de terreiro. Nos encontros subsequentes, ainda no terreno, algumas metodologias de mediação por interfaces foram adotadas.

Figura 2: Momento de espacialização no terreno



Fonte: os autores (2023)

Para a compreensão dos espaços em função da sua espacialização pelo sagrado, os membros do Coletivo desenharam e ilustraram em conjunto uma proposta para a Casa. Apesar de uma participação inicial tímida, a maior parte do grupo engajou no processo de localizar as demandas no espaço por meio do desenho, que não passou por nenhum tipo de redesenho ou reinterpretação técnica. Em outra etapa, os dois grupos se encontraram no terreno para espacializar in loco as demandas retratadas no desenho.

A partir desse desenho inicial o grupo inteiro partiu para um processo que foi chamado “espacialização do sagrado”, onde se foi desenhando os espaços de acordo com o fluxo originado da própria prática da religião. O espaço adquirindo a conformação de acordo com o modo desejado de funcionamento da prática religiosa, dos rituais sagrados, tudo sempre com muito respeito, em um processo colaborativo que evidenciou os papéis determinados: os “especialistas do espaço”, ou seja, os professores arquitetos e seus alunos, orientados pelo Coletivo.

A seguir, o grupo traçou com cordas o limite do terreno e identificou a vegetação pelo seu parâmetro de preservação ou uso em função do sagrado. A maioria dos encontros entre os grupos, agora identificado como um grande grupo, aconteceu no terreno, em que nos reuníamos em roda e conversávamos sobre os anseios e processos do projeto da Casa. A partir daí, tendo resolvido de uma forma mais geral a “a espacialização do sagrado”, em virtude dos aspectos topográficos da área e do bairro em que trabalhávamos, os dois grupos, agora formando um grande grupo colaborativo, concluíram que um levantamento técnico da declividade da área e da vegetação seria importante. A partir dessa decisão conjunta, membros do Coletivo e da Universidade, por meio de equipamentos topográficos e um drone, obtiveram a topografia da área. A ideia era a produção em escala, de modelo tridimensional, vista como necessária, pelo próprio Coletivo que gostaria que mais pessoas, incluindo as pessoas da própria comunidade pudessem se encontrar no projeto.

Figura 3: Desenho da “especialização do sagrado”



Fonte: os autores (2023)

Posteriormente, duas maquetes desse recorte do bairro foram impressas em 3D e em diferentes escalas. Nesse momento, decidimos trabalhar em uma maquete física bem maior e produzida a mão, para a produção da interface de uma maquete física desmontável.

Nessa maquete, produziram-se volumes representantes dos espaços demarcados pelo Coletivo que pudessem ser manipulados e encaixados no terreno. A partir dessa etapa, os dois grupos passaram a trabalhar com a elaboração de um acervo de referências, projetuais e literárias, alimentado pelos membros do Coletivo. Referências de construções com terra, referências de técnicas construtivas tradicionais, que desde o início era uma das questões já resolvidas uma vez que aquele espaço sagrado tinha como referência a terra, as construções de terra e os espaços tradicionais da sua região.

Posteriormente, o projeto enfrentou uma série de desafios: fatores climáticos, como chuvas intensas, provocaram um deslizamento na área de maior declividade do terreno, o que tornou o trabalho nesse espaço inseguro; um terreno vizinho visado para compra pelo Coletivo e essencial para a produção do terreiro sofreu aumentos muito elevados de preço; além da problemática legislativa de uso do solo que o corpo d'água no terreno provoca, o que restringe consideravelmente a área disponível para construção. Apesar desses fatores, o projeto da Casa segue em articulação entre os grupos envolvidos.

Assim, a experiência em atividade extensionista na Casa, apesar dos desafios que enfrenta, condensou algumas das diretrizes fundamentais da prática da assessoria técnica, como a assimetria assumida, a autonomia em função da dependência, a autonomia coletiva, a ampliação do imaginário da prática e a articulação política dos grupos envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo adotou a perspectiva de estudo da práxis arquitetônica em extensão, propondo um processo de consciência crítica e pensamento dialético no campo. É através de projetos de extensão e pesquisa que docentes, pesquisadores e assessores podem refletir e readequar seus processos e métodos de trabalho. Assim, é devido à presença de pesquisadores e acadêmicos em assessorias técnicas e suas experiências em campo que surgem reflexões sobre a atuação do arquiteto e urbanista. Essas reflexões contribuem para aprimorar métodos e instrumentos de trabalho e para esboçar ações na política pública que vão ao encontro das reais necessidades da sociedade. Por fim, as práticas de assessoria técnica e as experiências em extensão e pesquisa relatadas são resultado do acúmulo de pessoas e grupos envolvidos na defesa e reivindicação por uma cidade mais justa. Por isso, esta pesquisa questiona e defende a formação para assessoria técnica na arquitetura e urbanismo.

REFERÊNCIAS

- BALTAZAR, Ana Paula. "Além da representação: possibilidades das novas mídias na arquitetura". **V!RUS**. São Carlos: n. 8, 2012.
- BALTAZAR, Ana Paula. "Não existe arquitetura decolonial porque não existe ensino de arquitetura decolonial porque não existe arquitetura decolonial". **Redobra**. N. 15, ano 6, pp. 121-136, 2020.
- BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. **Assessoria Técnica com interfaces**. In: IV ENANPARQ, Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Estado da arte. Anais... Porto Alegre: UFRGS, 2016. v. 1.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1969] 1993.
- JONES, John Christopher. **Designing designing**. London: Architecture design and technology press, 1991.
- KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. "Out of conceived space: for another history of architecture". **The Proceedings of Spaces of History / Histories of Space: Emerging Approaches to the Study of the Built Environment**. Berkeley: University of California, 2010.
- KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula; MORADO, Denise. Arquitetura como exercício crítico [2008]. In: KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana (eds.). **Moradia e outras margens**, volume 1. Belo Horizonte: MOM, 2021, pp. 39-64.
- KAPP, S. Grupos socioespaciais ou a quem serve a assessoria técnica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 221-236, 2018.

KAPP, Silke. "Moradia e contradições do projeto moderno". **Interpretar Arquitetura**. Vol. 6, 2005

KAPP, Silke; NOGUEIRA, Priscilla; BALTAZAR, Ana Paula. "Arquiteto sempre tem conceito - esse é o problema". **Projetar**. Projeto como investigação: antologia. São Paulo: Altermarket, 2009.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. **Cidade ocupada**. [manuscrito] - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

MARICATO, Ermínia. O papel social da arquitetura: entrevista com Ermínia Maricato. Entrevista concedida a Alessandra Soares; Artur Maia; Pedro Rossi. *Vitruvius*, São Paulo, ano 20, n. 078.01, **Vitruvius**, maio de 2019. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/20.078/7351>. Acesso em 24 de outubro de 2024.

MELLO, Bruno Cesar Euphrasio de (org.). **ATMI**: gênese da Lei de Assistência Técnica em Habitação Social. In: *Risco Revista de Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online)*, 19, 1-15. <https://doi.org/10.11606/1984-4506.risco.2021.166911>

MOASSAB, Andréia. "DE QUE LADO A ARQUITETURA ESTÁ?: REFLEXÕES SOBRE ENSINO, TECNOLOGIA, CLASSE E RELAÇÕES RACIAIS". **Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente**. Vol. 5, n. 1, pág. 08–19, 2020.

SCHÖN, Donald A. **The reflective practitioner**. San Francisco: Basic Books, 1983.

STEVENS, Garry. **O círculo privilegiado**: fundamentos sociais da distinção arquitetônica. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.